

O DIABO		MAIS	
TEMPO	25-11-85	TV-GUIA	
O PAÍS		SETE	
O JORNAL		ÊXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANÁRIO		RECORD	
		OFF-SIDE	

Parque gráfico vendido ao desbarato

“O Século” acaba roído pela corrupção

José Gutierrez

Os trabalhadores que ainda restam do «velho» jornal *O Século*, agora integrados na comissão liquidatária da empresa que foi a sua última proprietária, queixam-se amargamente dos processos de actuação do respectivo presidente que, segundo afirmam, estão eivados de irregularidades.

Os trabalhadores dizem-se alvo de tratamento indigno e acusam o seu presidente de actuação corrupta.

E julgam ainda que tal actuação seria passível de intervenção da Alta Autoridade Contra a Corrupção, num momento em que toda a gente se insurge contra os corruptos, que ninguém teve ainda coragem para denunciar e jamais foram sentados no banco dos réus

Pois não é verdade que a corrupção compromete — e de que maneira — a dignidade dos poderes públicos, que sabem onde o flagelo grassa e não agem exemplarmente?

Redondo Júnior, jornalista com quase meio século de profissão, chefe de Redacção de *O Século* em dois períodos distintos, director de *O Século Ilustrado* por algum tempo, dá-nos conta de um desses casos, precisamente na extinta Sociedade Nacional de Tipografia, que foi precisamente proprietária de *O Século*.

Extinto e em fase de liquidação, o velho jornal de Magalhães Lima e Pereira da Rosa, esventrado pelo esbulho das nacionalizações, é agora um cadáver a que os abutres comem o que resta.

«Quanto a mim — diz-nos Redondo Júnior —, com quase meio século de trabalho sucessivamente na Sociedade Nacional de Tipografia (*O Século*) e nas empresas públicas que se lhe seguiram e tendo acompanhado, desde 1980, o processo de liquidação do grande e insubstituível — e insubstituível — diário português, sinto-me no dever moral e indeclinável de denunciar a corrupção que envolve, desde meados de 1982, esse processo.»

Luta frustrada

E recorda que «tudo começou com a demissão (a seu pedido) do dr. Pinto Mascarenhas, presidente da Comissão Liquidatária (C.L.), a saída, logo a seguir, de Carlos Machado, entretanto nomeado para a ANOP, e, final-

mente, a morte do dr. João Salvado. Pinto Mascarenhas vira frustrada toda a sua luta, na esperança do relançamento de *O Século*, canceladas que foram as edições especiais, uma para garantia do título, a outra comemorativa do centenário. Soubera admiravelmente, integrar-se no «espírito» de *O Século*. Chegou a adiantar, do seu próprio bolso, o salário de um mês aos trabalhadores. E a liquidação, extinta a empresa pelo Governo de Lourdes Pintasilgo, principiou a desenvolver-se com toda a dignidade, acautelando os valores culturais. Quando o velho edifício da Rua de *O Século* começou a ser invadido pelos funcionários do Ministério da Qualidade de Vida (M.Q.V.), esquecendo-se o projecto de instalação, ali, do Museu da Comunicação Social, Pinto Mascarenhas demitiu-se.

«Além do M.Q.V. — prossegue — as instalações foram invadidas pela corrupção, na pessoa de um técnico superior de segunda classe do Palácio Foz, de seu nome Fernando da Luz Rodrigues da Silva, nomeado para ocupar a vaga deixada por Pinto Mascarenhas. Esse cavalheiro, baixo de estatura e frágil de ossos e de escrúpulos tivera, antes, a ideia luminosa de enviar a todos os serviços do seu Ministério uma circular dizendo que, de futuro, pessoalmente ou por escrito, deveria ser tratado por doutor, por entender que o curso de contabilidade então concluído lhe dava direito ao título... O caso, alvo de hilaridade de toda a gente, saiu as



No interior deste bloco da fachada de *O Século* funcionaram, durante décadas, a Redacção e a Secretaria Geral do prestigioso matutino

portas do Palácio Foz e o *Diário Popular* fez-se eco do insólito, perguntando, ironicamente, se ali já se faziam doutores.»

Autopromoção

Sobre o actual presidente daquela Comissão Liquidatária, afirma ainda Redondo Júnior: «Instalado o Silva na presidência da C.L. da EPJS, não tardou muito que os trabalhadores se dessem conta da qualidade mental e moral do sujeito e enviassem ao director-geral da Informação denunciando o caso, documento que foi assinado por todos os trabalhadores, com excepção dos dois advogados do contencioso que, como é óbvio, não foram contactados.»

«Logo que se iniciou o processo de liquidação, a comissão da presidência de Pinto Mascarenhas nomeou, por despacho interno, uma Comissão de Análise e Apreciação (C.A.A.), que eu coordenava e que tinha por missão pronunciar-se sobre todos os actos da C.L. que visassem a alienação dos bens patrimoniais da empresa. O Silva, porém passou a agir à revelia da C.A.A., pondo-a quase sempre perante factos consumados, acabando por ignorar a sua existência para poder

manobrar de qualquer maneira e depressa para poder programar a sua permanência no cargo à custa das receitas da liquidação. Aliás, acabei por ser eu a assinar a sentença de morte da C.A.A. quando escrevi, numa acta que o Silva, não estando preenchidas as vagas de vogais deixadas por Carlos Machado e João Salvado, não podia tomar de fundo, mas apenas garantir os actos correntes, porque a C.L. só podia agir colegialmente. Pois é: o Silva queria agir rapidamente para acumular, no banco, a prazo, a soma que lhe garantisse uma permanência mais dilatada (ainda dura) tendo à sua disposição, todos os meses, as chorudas maquiãs que vale a pena salientar. E é aqui que se chama a atenção da Alta Autoridade contra a Corrupção, especialmente, examinando as folhas de ordenados e as notas de despesas. Assim, verificar-se-á que o Silva, considerando-se gestor público, se autopromove financeiramente logo que no *Diário da República* se publicam os aumentos. Simplesmente, os gestores públicos não podem receber subsídios de refeiçã — e ele recebe. Inclui no vencimento como gestor público que diz que é, a diuturnidade da

função pública. Tendo subsídio de representação de vinte mil escudos, continua a apresentar notas de despesas de almoços que ele diz oferecidos a gestores públicos. Só no passado mês de Maio apresentou notas de despesas de almoços no valor de 26 mil escudos. Basta ir lá verificar.»

Trabalhadores com meio salário

Não se ficam, porém, por aqui, as queixas dos antigos funcionários de *O Século*, ainda ao serviço do que foi um dos maiores baluartes da informação escrita portuguesa, e de que se faz eco Redondo Júnior.

«Das notas de despesas para transporte em veículo próprio já não vale a pena insistir. Talvez com receio do escândalo só nos últimos meses começou a utilizar o seu carro, que acabara de adquirir por troca. No mês da troca, levantou duzentos e muitos contos de ordenado e subsídio de férias para concretizar a operação. No fim desse mês só houve dinheiro para pagar ao pessoal pelo facto do M.Q.V. ter pago uma dívida à empresa», afirma aquele jornalista.

«Mas há mais e muito mais grave» — diz. «O Silva para comprimir despesas, com receio de que o tacho acabe, faz chantagem moral com os poucos trabalhadores que ainda estão ao serviço. Sabendo que esses trabalhadores vão, a curtíssimo prazo para o desemprego, porque são ainda novos para a reforma e demasiado idosos para encontrar nova colocação, obrigou-os a assinar acordos em que abdicam da efectividade e trabalham a prazo. Por último, acabou por reduzi-los à situação de tarefeiros, sem direito a férias e a 13.º mês. A um deles propôs, em 1983, reduzir o salário para metade, trabalhando meio-tempo. No ano seguinte, se quisesse continuar, teria de trabalhar em tempo inteiro pelo mesmo dinheiro.»

E faz ainda questão de salientar outro aspecto das intervenções de Rodrigues da Silva, acrescentando: «Passemos, agora, ao processo de liquidação propriamente dito — que também ele deve ser objecto de rigoroso inquérito. Esse processo passou por três fases que se repetiram:

concurso públicos, vendas directas e leilões. Inicialmente, eram reserva do Estado a Biblioteca e Arquivo e o material gráfico e fotográfico. A Tutela, por não saber o que fazer-lhe, autorizou a venda desse material. Assim, apesar de eu ter, na qualidade de responsável pela Biblioteca e Arquivo, proposto à C.L. da presidência de Pinto Mascarenhas que o material fotográfico devesse ser afecto àquele sector de transcendente importância cultural e histórica, o que foi aprovado, o Silva encarregou-se de o vender, apesar de lhe ter sido chamada a atenção. O parque gráfico foi vendido ao desbarato e indiscriminadamente, não obstante a chamada de atenção para aquelas peças que deveriam pertencer ao património cultural do País, como, por exemplo, uma rotativa do começo do século que chegou a imprimir a *Ilustração Portuguesa* e que funcionava com bobinas mata-borrão, por a tinta, nesse tempo, ainda não ter o secante necessário. Também foram na voragem máquinas de compor com a idade daquela rotativa, prensas manuais, guilhotinas, ramas, tipos de fantasia — eu sei lá! A rotativa, de 1913 se a memória me não trai, foi desmantelada e vendida a peso para o ferro velho. Aqui, os responsáveis são a Tutela e o Ministério da Cultura, desatentos, como sempre, destes fenómenos que os ignorantes e corruptos engendram. Aquela a que chamávamos a máquina grande, a rotativa mais moderna da empresa, também foi destruída a golpes de marreta e vendida por duzentos contos. Ao que me constou, na altura, só o motor da rotativa de *A Época*, igual à de *O Século*, rendeu quinhentos contos!»

Acho que já cumpro o meu dever moral de alertar quem de direito para que ordene o mais rigoroso inquérito aos actos do senhor Fernando da Luz Rodrigues da Silva. E depressa, antes que a documentação desapareça. Esta denúncia que pretendo ser exemplar, é a melhor homenagem que posso prestar à memória de um Grande da Imprensa portuguesa, João Pereira da Rosa, cujo centenário passa este mês» — afirma, a concluir.